

PROFESSOR(ES)					
ADRIANA GOULART DE SENA ORSINI					
CÓDIGO E ATIVIDADE DA DISCIPLINA (verificar estrutura curricular do programa)					
DIR 884					
TEMA					
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO COMPARADO					
SUBTEMA					
Processo do Trabalho Crítico					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?					
(X) Sim () Não					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?					
(X) Sim () Não					
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
3ª feira	8/11:20 h	60	4	20	REGULAR
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?					
(X) Não () Sim Qual:					

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?		
(X) Sim () Não		
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	INSTITUIÇÃO	
José Eduardo de Resende Chaves Júnior	PUC MG	
Victor Hugo Criscuolo Boson	UFMG	
Antônio Gomes de Vasconcelos	UFMG	
Luiz Otávio Linhares Renault	PUC MG	
Carlos Alberto Reis de Paula	UFMG aposentado	
Gustavo Seferian Scheffer Machado	UFMG	

PROJETO COLETIVO AO QUAL ESTÁ VINCULADO
Linha 3 – Projeto Coletivo: Direito e Processo do Trabalho crítico

EMENTA
A disciplina tem como proposta realizar aporte científico para debater e pesquisar do processo do trabalho (no Brasil e nos países capitalistas centrais), aprofundando o debate e a pesquisa do campo científico do direito processual do trabalho, interseccionado com o direito material do trabalho (constitucional, individual e coletivo) e com o acesso à justiça pela via dos Direitos (AVRITZER, MARONA e GOMES, 2011). No presente tempo histórico, realizar a compreensão do processo do trabalho que espraia para além da hermenêutica clássica, é verdadeiramente um agir historicamente disruptivo. Propõe-se considerar a tridimensionalidade da justiça (FRASER, 2008), reconhecimento, representação e redistribuição, nas investigações da Justiça e do Processo do Trabalho. Os temas centrais processuais terão espaço privilegiados na comparação entre códigos e os ordenamentos jurídicos estrangeiros. A análise juridicamente qualificada das relações de trabalho, abrangendo os âmbitos individual, coletivo e processual, comporá a investigação do processo, porque se quer séria e jurídica. No plano individual, destaca-se a importância de compreender a diversidade do universo trabalhista e da pessoa que trabalha, a equidade de gênero, de raça e de diversidade, especialmente em face dos Protocolos do CSJT e do CNJ. De forma transversal, abordar-se-á a pluralidade social e o papel da legislação trabalhista como um dos instrumentos de efetivação de direitos e proteção social. O Ministério Público do Trabalho será objeto de atenção especial, em razão de sua relevante função institucional



como fiscal da lei e defensor dos direitos fundamentais dos trabalhadores. A compreensão que o direito e o processo coletivo, bem como o processo estrutural trabalhista, as relações coletivas laborais e as entidades sindicais, fazem parte de um todo que compõe a realização da Justiça Social tridimensional do trabalho. A disciplina será desenvolvida por meio da análise de casos concretos para uma compreensão abrangente da atuação da Justiça do Trabalho e da estruturação dos aspectos processuais que lhe são peculiares e relevantes, tanto no Brasil, quanto nos países capitalistas centrais.

BIBLIOGRAFIA**NACIONAL**

ALMEIDA, Jacqueline Calixto de. *Da efetivação do direito fundamental à inclusão digital no âmbito do Programa Justiça 4.0 do Conselho Nacional de Justiça.* Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal de Uberlândia, 2022. Aborda acesso digital via Justiça 4.0.

ARANTES, Rogério Bastos. O Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.14, nº 39, fevereiro de 1999. em ARANTES, Rogério.

Ministério Público à brasileira. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Publicado 01 de junho de 2012. Disponível <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1194>>.

AVRITZER Leonardo; GOMES, Lilian C. B., RUBIÃO, André; MARONA, Marjorie C. Para uma nova cartografia da justiça no Brasil. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG, 2010.

BENTES, Dorinethe dos Santos. Acesso à justiça do trabalho pela via dos direitos: um olhar sobre a aplicação do jus postulandi no contexto amazonense. Tese (Doutorado em Direito) — UFMG, 9 jun. 2023. repositorio.ufmg.br

BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. *Curso de direito processual do trabalho*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

BOURDIEU, Pierre. Poder, Derecho y classes sociales. Madrid: Editorial Desclee de Brouwer, 2001.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Access to Justice. The worldwide movement to make rights effective. A General Report. Mila: A. Giuffrè, 1978.

COSTA, Vanessa Lidiane de Oliveira. *Acesso à justiça para as pessoas em situação de hipervulnerabilidade social: uma proposta de design de sistema complementar às ações já adotadas pelo TJMG ...* Monografia (Especialização em Design de Sistemas Aplicado à Resolução de Conflitos e Gestão Processual) — UFMG, 16 out. 2023.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 21. ed. São Paulo: Juspodivm, 2024.

DELGADO, Maurício Godinho. **O Poder Empregatício**. São Paulo: LTr, 1996.

DELGADO, Maurício Godinho. **Democracia e Justiça**. São Paulo: LTr, 1993.

DELGADO, Maurício Godinho. **Direito do Trabalho e Modernização Jurídica**. Brasília: Consulex, 1992.

DELGADO, Maurício Godinho. **Direito Coletivo do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo, Trabalho e Emprego – entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Maurício Godinho. **Princípios Constitucionais do Trabalho e Princípios de Direito Individual e Coletivo do Trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. Justiça do Trabalho no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; FILGUEIRAS, Fernando; STARLING, Heloísa. (Org.) *Dimensões Políticas da Justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013a, pp. 297- 314.

DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **Constituição da República e Direitos Fundamentais – Dignidade da Pessoa Humana, Justiça Social e Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2012.

DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A Reforma Trabalhista no Brasil: com Comentários à Lei 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Maurício Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos (org.). **O Estado de Bem-Estar Social no Século XXI**. São Paulo: LTr, 2007.

DELGADO, Maurício Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos (org.). **Welfare State – Os grandes desafios do Estado do Bem-Estar Social**. São Paulo: LTr, 2019.

DELGADO, Maurício Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos (org.). **O Estado de Bem-Estar Social na América Latina – caracterização, obstáculos e desafios**. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021.

DELGADO, Maurício Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos; entre outros (org.). **Direito do Trabalho – evolução, crise, perspectivas**. São Paulo: LTr, 2004.



- DELGADO, Maurício Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos; entre outros (org.). **Relação de Trabalho – fundamentos interpretativos para a nova competência da Justiça do Trabalho**. 2ª tir. São Paulo: LTr, 2006.
- DELGADO, Maurício Godinho; entre outros. **Anais do I Congresso Internacional de Direito do Trabalho e Direito da Seguridade Social**. Belo Horizonte: RTM, 2017.
- DELGADO, Maurício Godinho; entre outros. **Social and Labor Relations and New Technologies**. São Paulo–Lisboa: Lisbon International Press, 2020.
- DELGADO, Maurício Godinho; entre outros. **Human and Social Rights in Brazil**. São Paulo–Lisboa: Lisbon International Press, 2020.
- FARIA, José Eduardo. O direito na economia globalizada. São Paulo: Malheiros, 1999. FELDMAN, Leonard C. Redistribution, recognition, and the state: the irreducibly political dimension of injustice. *Political Theory*, v. 30, n. 3, p. 410-440, 2002.
- FRASER, Nancy. From Distribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Postsocialist' Age. In: _____. *Justice Interruptus – critical reflections on the 'postsocialist' condition*. London: Routledge, 1997, p.11-39.
- FRASER, Nancy. Social Justice in the age of identity politics: Redistribution, Recognition, and Participation. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition? A political-Philosophical exchange*. Londres/Nova York: Verso, 2003. p. 07-109.
- FRASER, Nancy. Scales of justice: reimagining political space in a globalizing world. New York: Columbia University Press, 2008. pp. 12-29 e 100-115.
- GARAPON, Antoine. O Juiz e a democracia: o guardião das promessas. Rio de Janeiro: Renavan, 2001.
- GUIMARÃES, Leísa Mara Silva. *Ministério Público resolutivo no enfoque do acesso à justiça: análise teórica, instrumentos e perspectivas*. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, UFMG, (s.d.) 25 ago. 2015. repositorio.ufmg.br/2repositorio.ufmg.br/2repositorio.ufmg.br/2
- GONÇALVES, Igor Sousa. *Acesso à justiça pela via do direito à profissionalização e ao trabalho digno: o Programa "Descubra!"*. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, UFMG, 20 out. 2021. repositorio.ufmg.br/1repositorio.ufmg.br/1
- LARA, Caio Augusto Souza. *A justiça restaurativa como via de acesso à justiça*. Dissertação (Mestrado em Direito) — UFMG, 2013. repositorio.ufmg.br/8pt.scribd.com/8repositorio.ufmg.br/8
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003a.
- HONNETH, Axel. A textura da justiça: sobre os limites do procedimentalismo contemporâneo. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 9, n. 3, Porto Alegre, set-dez, 2009, p. 345-368.
- JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. *Curso de direito processual do trabalho*. 12. ed. São Paulo: Método, 2022.
- LEME, Ana Carolina Reis Paes; RODRIGUES, Bruno Alves; CHAVES JÚNIOR, João Eduardo de Resende (Coords.). *Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano: Uberização (e outros temas)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.
- LIMA, M. R. S. Serviço de "branco" e serviço de "preto". Um estudo sobre "cor" e trabalho no Brasil urbano. Tese (Doutorado em Sociologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. Justiça e Poder Judiciário ou a virtude confronta a instituição. *Revista USP*, n. 21, 1994, p. 22-33.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. Direitos Humanos no Brasil – compreensão teórica da sua história recente. In: *Revista de Informação Legislativa*, ano 24, n. 95, 1987, pp. 5-22.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. O Direito na História. Lições Introdutórias. Rio de Janeiro: Max Limonad, 2002. LOPES, José Reinaldo de Lima. *Direitos Sociais: teoria e prática*. São Paulo: Método, 2006.
- MAIA, Benigna Araújo Teixeira; BORGES, Fernanda Gomes e Souza; HILL, Flávia Pereira; RIBEIRO, Flávia Pereira; VIEIRA PEIXOTO, Renata Cortez (Org.). *Acesso à justiça: um novo olhar a partir do Código de Processo Civil de 2015*. 1. ed. [S.l.]: Thoth, 2021
- MARONA, Marjorie. Acesso à qual justiça?: a construção da cidadania brasileira para além da concepção liberal In: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9M4L5G>
- MARTINS, Sergio Pinto. *Direito processual do trabalho*. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2024.
- MARTINEZ, Luciano (coord.). *Reforma trabalhista e processo do trabalho*. 2. ed. rev. e atual. Salvador: JusPodivm, 2020.



MATOS, Marlise; OGANDO, Maria Carolina; DRUMOND, André; CYPRIANO, Breno; LOSCHI, Walter; ASSIS, Mariana Prandini Fraga; MARONA, Marjorie. (org.) *Acesso ao Direito e à Justiça Brasileiros na Perspectiva de Gênero/Sexualidade, Raça/Etnia: Entre o Estado e a Comunidade*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

MELLO FILHO, Hugo; COUTINHO, Grijalbo Fernandes (coords.). *Manual crítico do processo do trabalho*. São Paulo: LTr, 2019.

MORAIS, Juliana Castro Sander. *O acesso à justiça pela via dos direitos de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual: para uma concepção sistêmica do depoimento especial na Comarca de Belo Horizonte-MG*. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 25 ago. 2022. dspace.almg.gov.br+10repositorio.ufmg.br+10repositorio.ufmg.br+10

MONTEIRO, Wilson de Freitas. *A introdução da inteligência artificial no Poder Judiciário sob a perspectiva do acesso à justiça pela via dos direitos*. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, 2023. repositorio.ufmg.br+2repositorio.ufmg.br+2bdtd.ibict.br+2

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; SOUZA, Cibele Aimée de; MONTEIRO, Wilson de Freitas (Org.). **Temas Transversais do Acesso à Justiça: uma abordagem pela via dos direitos**. Belo Horizonte: Dialética, 2024. 324 p.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; SILVA NICÁCIO, Camila; et al. **Reflexões acerca do acesso à justiça pela via dos direitos**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019. 334 p

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LEME, Ana Carolina Reis Paes. *Acesso tecnológico à justiça no contexto da sociedade em rede: compartilhando (in) justiça*. *Revista [s.i.]*, 201?, disponível via UFMG.

RESENDE, Ricardo; SARAIVA, Renato. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2023.

RODRIGUES, Bruno Alves. *A Inteligência Artificial no Poder Judiciário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. 312 p.

SÁ E SILVA, Fabio C. 2010. É possível, mas agora não: a democratização da justiça no cotidiano dos advogados populares. In: SÁ E SILVA, Fabio C; LOPEZ, JR., Felix; PIRES, Roberto R. C. (Org.). *Perspectivas para o Desenvolvimento Brasileiro*. Estado, Instituições e Democracia: Democracia. Brasília, DF: Ipea, v. 2, p. 329-356.

SADEK, Maria Teresa Aina. *O sistema de justiça*. In: SADEK, Maria Teresa Aina. *O sistema de justiça*. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1999.

SADEK, Maria Teresa. (Org) *Reforma do Judiciário*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

SADEK, Maria Teresa. (Org) *Magistrados: uma imagem em movimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da justiça*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Poderá o direito ser emancipatório? In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 2003b, pp. 3-76.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João; FERREIRA, Pedro Lopes. *Os tribunais nas sociedades contemporâneas. O caso português*. Porto: Afrontamento, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Sociologia dos Tribunais e a Democratização da Justiça*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice – O Social e o Político na PósModernidade*. São Paulo, Cortez, 1999.

SILVA, Antônio Álvares da. *Curso de direito processual do trabalho*. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2020.

SILVA, Lucas Jerônimo Ribeiro da. *Acesso à justiça integral: as perspectivas da proteção e da responsabilidade na dimensão do acesso à justiça de crianças e adolescentes pela via dos direitos*. Tese (Doutorado em Direito) — UFMG, 26 ago. 2022. repositorio.ufmg.br+2repositorio.ufmg.br+2repositorio.ufmg.br+2

SILVA, Elaine Cristina da. *Acesso à justiça pela perspectiva relacional: a abordagem de interação empática como via de acesso à justiça infanto-juvenil*. Tese (Doutorado em Direito) — UFMG, 24 ago. 2022. reddit.com+13repositorio.ufmg.br+13repositorio.ufmg.br+13

SOUZA, Cibele Aimée de. *Acesso à justiça pela via dos direitos no âmbito da saúde: mediação nas ouvidorias públicas do Sistema Único de Saúde*. Tese (Doutorado em Direito) — UFMG, 27 ago. 2024. repositorio.ufmg.br+1

SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de. 2008. *Direito como liberdade: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito*. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)-Curso de Direito, Unb, Brasília, 338f.

SOUZA, Jessé. *Patologias da modernidade. Um diálogo entre Habermas e Weber*. São Paulo: Annablume, 2000.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Jessé. *Invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

VIANNA, Fransisco José Oliveira. *Direito do trabalho e democracia social: o problema da incorporação do trabalhador no Estado*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1951.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; BURGOS, Marcelo Baumann; CUNHA MELO, Manuel Palacios. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.



WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 1. Brasília: Editora UnB, 1991.

INTERNACIONAL

BARNARD, Catherine; DEAKIN, Simon. *European labour law*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

DAVIES, Paul; FREEDLAND, Mark. *Towards a flexible labour market: labour legislation and regulation since the 1990s*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

DEAKIN, Simon; MORRIS, Gillian S. *Labour law*. 6. ed. Oxford: Hart Publishing, 2012.

FREEDLAND, Mark; KOUNTOURIS, Nicola. *The legal construction of personal work relations*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

GHEZZI, Paolo (ed.). *Procedural labour law: an international handbook*. Torino: Giappichelli, 2020.

(Obra coletiva com abordagem processual comparada em diversos países europeus e latino-americanos.)

HEPPLE, Bob. *Labour laws and global trade*. Oxford: Hart Publishing, 2005.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Rules of the game: a brief introduction to international labour standards*.

Geneva: ILO, 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 7 jun. 2025.

KAHN-FREUND, Otto. *Labour and the law*. 3. ed. Londres: Stevens & Sons, 1983.

(Clássico fundamental para a compreensão do papel do direito do trabalho e seus reflexos no processo.)

KÖLBL, Florian. *Access to justice in labour law: a comparative approach*. Baden-Baden: Nomos, 2017.

SARGEANT, Malcolm; NICKSON, Dennis. *The law of employment*. 6. ed. Harlow: Pearson Education, 2022.

ARTIGOS CIENTÍFICOS INTERNACIONAIS

BR Comparativo Brasil–Itália

SHEN, Kuan-Ling. Labour proceedings in the judicial system: a comparative analysis. In: HESS, Burkhard et al. (eds.). *Comparative Procedural Law and Justice*. Sage: Luxemburgo, 2024.

FR França

MACHINARD, Ray; ROJOT, Jean. The expertise effect: the impact of legal specialists' intervention on the timely delivery of laymen's judgments. *Economia Política*, v. 40, p. 589-614, 2023

CN China

FENG, Jiaojiao; XIE, Pengxin. Is mediation the preferred procedure in labour dispute resolution systems? Evidence from employer–employee matched data in China. *Journal of Industrial Relations*, 2020.

Internacional (diversos países e perspectivas comparadas)

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Access to labour justice: comparative law and practice on labour disputes prevention and resolution. Geneva: ILO, 2021.

DAVIDOV, Guy; LANGLE, Brian (eds.). *Comparative Labour Law*. Cheltenham: Edward Elgar, 2017.

GB Reino Unido / Alemanha (perspectiva sociojurídica)

TUCKER, Eric. Finding new ways of “doing” socio-legal labor law history in Germany and the UK: introducing a “minor comparativism”. *German Law Journal*, 2022.

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

ALVES DA SILVA, P. E. Acesso à justiça, litigiosidade e o modelo processual civil brasileiro. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2018. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4404718/mod_resource/content/1/ACESSO%20à%20JUSTIÇA%2C%20LITIGIOSIDADE%20e%20o%20modelo%20processual%20civil%20brasileiro.pdf

ALVIM, J. E. Carreira. Justiça: acesso e descasso. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 65, 1 maio 2003. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4078/justica-acesso-e-descasso>.

Arese, C. 2020. Acceso a la tutela judicial efectiva laboral en países de América del Sur: Documento de trabajo de la OIT 10 (Ginebra, OIT). https://www.ilo.org/global/publications/working-papers/WCMS_757104/lang-en/index.htm.

Ferraz, Leslie Shérída. Repensando o acesso à Justiça no Brasil: estudos internacionais. / Volume 2 – Institutos inovadores / Coordenação [de] Leslie Shérída Ferraz. – Aracaju: Evocati, 2016. https://mestrados.unit.br/ppgd/wp-content/uploads/sites/5/2016/12/Repensando-o-acesso-à-Justiça-no-Brasil_Estudos-Internacionais_Volume-2_final.pdf.



Faculdade de Direito da UFMG | Programa de Pós-Graduação em Direito

UFMG Law School | Ph.D. and Master's in Law Programs

Av. João Pinheiro, 100 • 11º andar Ed. Villas Boas • Belo Horizonte, Brasil • 30130-180

www.pos.direito.ufmg.br • pos@direito.ufmg.br • 55 31 3409-8636

- FRASER, Nancy. Igualdade, identidades e justiça social – Luta de classes ou respeito às diferenças? Le Monde Diplomatique Brasil – 01/06/2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/igualdade-identidades-e-justica-social/>
- FRASER, Nancy. <https://www.theguardian.com/profile/nancy-fraser> - The Guardian - Coluna Nancy Fraser
- FRASER, Nancy. <https://www.newschool.edu/nssr/faculty/Nancy-Fraser/> - New School Faculty
- FRASER, Nancy. <https://www.youtube.com/watch?v=BLSxwoNp79w> - Canal: StudiumGeneralUU - Nancy Fraser
- FRASER, Nancy. Against the environmentalism of the rich - Transmitido ao vivo em 18.abr.21.
- FRASER, Nancy. <https://www.youtube.com/watch?v=mspr7LIP8NY> - Canal: New School - Critique of Capitalism. Transmitido ao vivo em 18.jun.19.
- LARA, Caio Augusto Souza. Tese de Doutorado. O acesso tecnológico à justiça: por um uso contra-hegemônico do big data e dos algoritmos. <http://hdl.handle.net/1843/DIRS-BC6UDB>
- MARONA, M. Acesso à qual justiça?: a construção da cidadania brasileira para além da concepção liberal. Tese de Doutorado. <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9M4L5G>
- SENA ORSINI, Adriana Goulart de; COSTA, Anelice Teixeira da. A arte de ensinar e aprender: construindo caminhos para a reinvenção do ensino jurídico através de uma experiência pedagógica emancipatória de acesso à justiça. In: BORGES, Maria Creusa de Araújo Borges; SANCHES, Samyra Haydêe Dal farra Napolini Sanches (Coords.). Anais do Conpedi. Direito, educação, ensino e metodologia jurídicos I (Recurso Eletrônico On-line), v. D 598. Florianópolis: Conpedi, 2014, p. 70-99. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=0cb656f78993ef25>
- SENA ORSINI, A. G; RIBEIRO, Luiza Berlini Dornas. A litigância habitual nos Juizados Especiais de Telecomunicações: a questão do “excesso de acesso” . Ver: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=96b250a90d3cf086>.
- SENA ORSINI, A. G; REIS PAES LEME, A. C. SALÁRIO MÍNIMO, MÁSCARA E ALQUINGEL: ACESSO AO MÍNIMO OU MÍNIMO DE ACESSO?. Direito.UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília, v. 4, n. 2, p. 171-197, 31 ago. 2020. <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/32405>
- SENA ORSINI, A. G; SILVA, L. J. R. Da Escola ao Poder Judiciário: Reflexões Sobre o Bullying Escolar e a Judicialização de Conflitos Infante-Juvenis. DOI: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-026X/2016.v2i1.396>. Revista Cidadania e Acesso à Justiça, 2016, n.1, v.2. <https://www.indexlaw.org/index.php/acessoajustica/article/view/396>.
- SENA ORSINI, A. G; SILVA, L. J. R. Por uma política pública de acesso à justiça juvenil restaurativa: para além do Poder Judiciário. N. 35 (2016): Volume Especial da Revista da Faculdade de Direito da UFRGS. <https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/68377>
- SENA ORSINI, A. G; LARA, C.A.S. O Fenômeno do Big Data e os Pressupostos para uma Nova Onda de Acesso Material à Justiça. DOI: http://dx.doi.org/10.26668/2448-3931_conpedilawreview/2017.v3i1.3676
- ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LARA, Caio Augusto Souza. A justiça restaurativa: uma abrangente forma de tratamento de conflitos. <https://vlex.com.br/vid/restaurativa-abrangente-tratamento-536426998>
- ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LARA, Caio Augusto Souza. DEZ ANOS DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO BRASIL: A AFIRMAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E ACESSO À JUSTIÇA. Responsabilidades, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 305-324, set. 2012/fev. 2013. <http://bd.tjmg.jus.br/jspui/handle/tjmg/579>
- Série PENSANDO O DIREITO - Observatório do Judiciário. <https://static.scielo.org/scielobooks/rrwrz/pdf/sanches-9788579820175.pdf>
- SILVA, N. F. Da mediação voltada à cidadania às essencialidades da atuação do mediador: a Independência, a Equidistância e o Não-Poder Dissertação de Mestrado. 2013, <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9CKK5P>
- SILVA N. F. Tese de Doutorado. Diálogo dos excluídos: a mediação social informativa como instrumento de ampliação do acesso à justiça pela via dos direitos no Brasil. 2017, <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-ASPFJR>
- SILVA, L. J. R. Acesso à justiça juvenil e mapeamento de conflitos no direito da criança e do adolescente: diálogo internacional e novas designações à luz da política pública de justiça juvenil restaurativa do município de San Isidro Argentina. Dissertação de Mestrado. PPGD UFMG. Orientadora: Adriana Goulart de Sena Orsini. 2017. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AYVN39>
- SOUZA Jr., José Geraldo. Por uma concepção alargada de Acesso à Justiça. Revista Jurídica da Presidência. v. 10, n. 90 (2008). <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/223>.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS



Faculdade de Direito da UFMG | Programa de Pós-Graduação em Direito
UFMG Law School | Ph.D. and Master's in Law Programs
Av. João Pinheiro, 100 • 11º andar Ed. Villas Boas • Belo Horizonte, Brasil • 30130-180
www.pos.direito.ufmg.br • pos@direito.ufmg.br • 55 31 3409-8636



PLANO DE ENSINO



Faculdade de Direito da UFMG | Programa de Pós-Graduação em Direito
UFMG Law School | Ph.D. and Master's in Law Programs

Av. João Pinheiro, 100 • 11º andar Ed. Villas Boas • Belo Horizonte, Brasil • 30130-180
www.pos.direito.ufmg.br • pos@direito.ufmg.br • 55 31 3409-8636